

UMA ANÁLISE DO USO DO ARTIGO DEFINIDO SOB O PONTO DE VISTA FORMAL E FUNCIONAL

ANDRÉIA ALMEIDA MENDES¹.

¹ Doutora e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais; professora da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG). andreialetras@yahoo.com.br.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o uso do artigo definido tendo por base as propostas formalista e funcionalista da língua. Para tanto, este estudo se pautou em analisar quatro trabalhos anteriores, dois de cada abordagem, sendo que a abordagem formalista se apoiou no estudo de Mary Kato (1974) e Mendes (2000) e a abordagem funcionalista se pautou no estudo de Moisés (1995) e Du Bois (1980); além disso, consideraram-se também as propostas de Almeida Mendes (2009; 2015), que tem por base a sociolinguística variacionista. Percebeu-se que a abordagem funcionalista torna-se muito mais abrangente ao se analisar o fenômeno, por focar a língua em uso, considerando a função comunicativa da linguagem.

Palavras-chave: artigo definido; funcionalismo; formalismo.

AN ANALYSIS OF THE USE OF THE ARTICLE DEFINED UNDER THE FORMAL AND FUNCTIONAL POINT OF VIEW

ABSTRACT

This article aims to analyze the use of the definite article based on the formalist and functionalist proposals of the language. The formalist approach was based on the study of Mary Kato (1974) and Mendes (2000), and the functionalist approach was based on the study of Moisés (1995) and Du Bois (1980); in addition, we also considered the proposals of Almeida Mendes (2009; 2015), which is based on sociolinguistic variation. It was perceived that the functionalist approach becomes much more comprehensive when analyzing the phenomenon, because it focuses the language in use, considering the communicative function of language.

Keywords: definite article; Functionalism; formalism.

1 INTRODUÇÃO

O artigo definido, segundo Cunha e Cintra (1985), antepõe-se ao substantivo próprio quando este se refere a um ser já conhecido do leitor; assim sendo, artigo definido é visto como um sinal de notoriedade, de conhecimento prévio do ser ou objeto mencionado por parte dos interlocutores.

Objetivou-se, neste estudo, analisar o uso do artigo definido tendo por base as propostas formalista e funcionalista da língua com o intuito de verificar qual dessas duas propostas é mais válida para se analisar essa classe. Para tanto, este estudo se pautou em analisar quatro trabalhos anteriores, dois de cada abordagem, sendo que a abordagem formalista se apoiou no estudo de Mary Kato (1974) e Mendes (2000) e a abordagem funcionalista se pautou no estudo de Moisés (1995) e Du Bois (1980); além disso, consideraram-se também as propostas de Almeida Mendes (2009; 2015), que tem por base a sociolinguística variacionista.

Essas duas abordagens, Formalista e Funcionalista, são muito antigas, tendo a primeira por base a estrutura da língua e a segunda a língua em uso; sendo assim, nosso intuito ao escolher esse objeto de estudo é analisar as contraposições entre essas duas abordagens linguísticas e analisar os pontos de abrangência de cada uma dessas análises no que diz respeito ao uso do artigo definido.

2 A PROPOSTA FORMAL

Mary Kato (1974) adota, em sua tese de doutorado, uma abordagem formalista para tratar da questão do artigo definido. Sua abordagem segue a linha da semântica gerativa e adota o modelo concebido por McCawley (1970). Segundo ela, esse modelo foi adotado por permitir não só “representar o escopo da asserção, como também o foco e pressuposição da oração.” (KATO, 1974, p.101).

Nesse modelo adotado pela autora, a estrutura profunda (EP) deve conter a representação semântica de um enunciado, sendo formada de proposições e FN's, cabe lembrar que as proposições não contêm FN's, apenas índices; a FN é um pressuposto, pertencendo ao universo do discurso e as proposições contêm o foco ou a informação que se quer dar.

A escolha desse modelo tem por base a análise feita por K. e Kiparsky (1970); nessa análise, a pressuposição desempenha um papel importante para a caracterização de verbos factivos e não-factivos devendo vir, portanto, marcada na EP.

A autora baseou-se nas seguintes frases discutidas por B. Hall Partee:

- (a) Three rules on this page are both explicit and easy to read.
(Três regras nesta página são tanto explícitas quanto fáceis de ler.)
- (b) The three rules on this page are both explicit and easy to read.
(As três regras nesta página são tanto explícitas quanto fáceis de ler.)

Percebe-se que as duas frases diferem-se no que diz respeito à pressuposição. Assim, em (a) tem-se mais de três regras na página, já em (b), o número total de regras da página é três. A hipótese a que a autora chega é a de que “o valor de um quantificador, cujo escopo são todos os elementos de um conjunto referencial”. (KATO, 1974, p. 154)

A partir daí, Kato (1974) chega às seguintes conclusões no que diz respeito ao uso do artigo definido em Português:

- (1) A presença do artigo definido é obrigatória quando o conjunto referencial é unitário.
Ex: O sol irradia calor.

(2) Quando o conjunto não é unitário e incluímos na asserção sobre ele a totalidade de seus elementos, o substantivo que denomina esse conjunto recebe o artigo e o morfema plural.

Ex: Os planetas gravitam em torno do sol.

(3) Quando o número de elementos desse conjunto é conhecido, o artigo definido pode vir seguido do numeral a eles correspondente.

Ex: Os nove planetas gravitam em torno do sol.

(4) O substantivo pode vir acompanhado de um adjunto ou modificador e, nesse caso, o conjunto definido pelo substantivo é restringido a um subconjunto delimitado por esse adjunto. O traço semântico que atribui ao conjunto a natureza unitária ou não, seria colocado na FN e não no substantivo.

Ex: (a) rainha (conjunto ilimitado ou infinito)

(b) rainha da Inglaterra (conjunto limitado do maior que 1)

(c) rainha atual da Inglaterra (conjunto unitário)

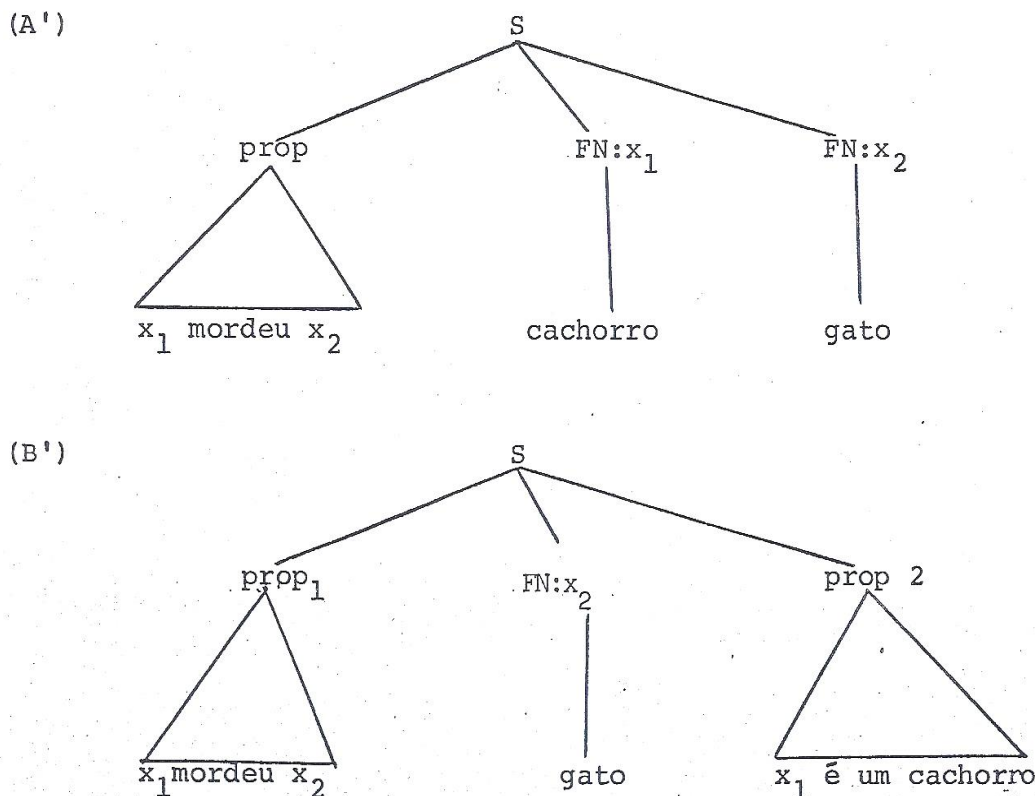
(5) Nos itens anteriores, examinou-se apenas casos em que a natureza do conjunto era dada por informações extra-linguísticas. Ela pode, porém, vir expressa no discurso, ou até no âmbito da própria oração.

Ex: Conheci um linguista em Londres. O linguista é famoso por suas opiniões. (KATO, 1974, p.110)

A representação de frases com diferentes ocorrências de artigo pode ser observada conforme figura 1 abaixo:

- (a) O cachorro mordeu o gato.
(b) Um cachorro mordeu o gato.

Figura 1 – Representação das frases A e B:



Fonte: KATO, 1974, p. 136.

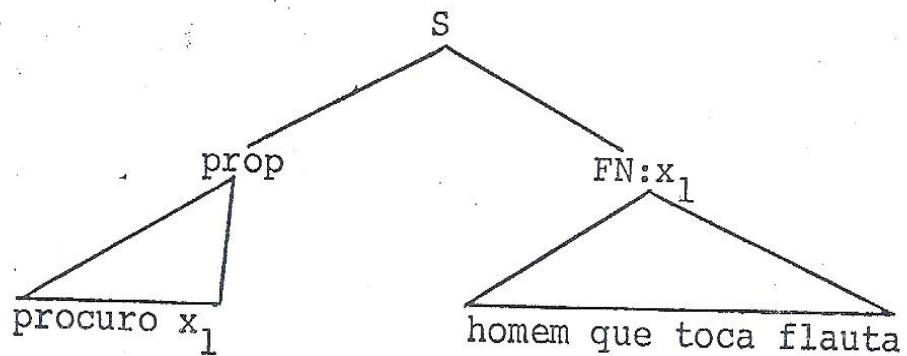
Quando há frases com diferentes pressuposições, essas frases são representadas pelas FN's. As frases abaixo e suas respectivas proposições foram escolhidas pela autora para representar isso:

- (c) Procuo o homem que toca flauta. (a proposição é verdadeira e o locutor é capaz de identificá-lo: existe um e apenas um homem)
- (d) Procuo um homem que toca flauta. (a proposição é verdadeira: existe pelo menos um que toca flauta, o interlocutor pode conhecer outros)
- (e) Procuo um homem que toque flauta. (a proposição pode ser verdadeira ou falsa)

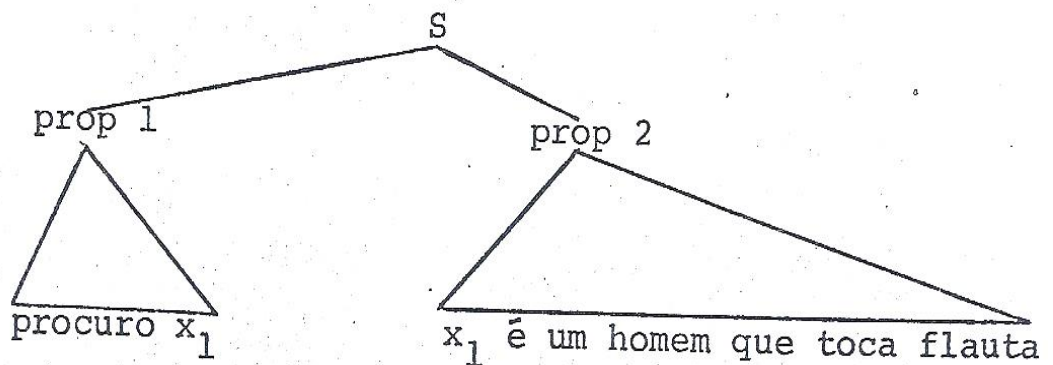
As representações abaixo (figura 2) funcionam como representações para as frases acima:

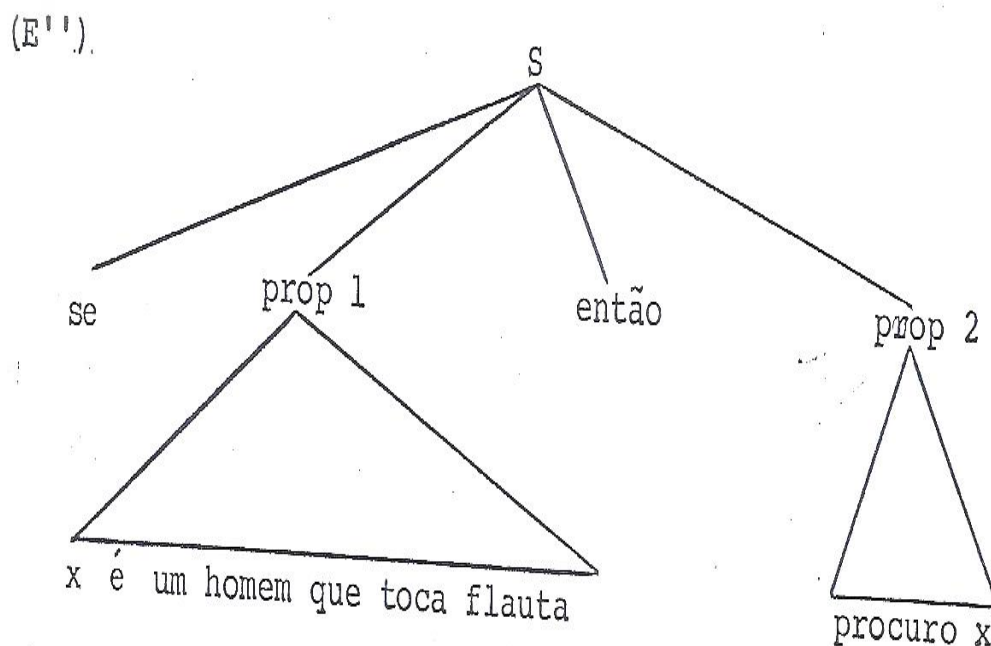
Figura 2 – Representação das frases C, D e E.

(C'')



(D'')





Fonte: KATO, 1974, p. 137.

Surge, assim, generalizações que dizem respeito às orações, suas pressuposições e regras transformacionais para gerar artigo:

(1) em toda oração, podemos ter ou foco e pressuposição ou apenas foco. Teremos apenas foco se todo conteúdo dessa oração for informação para o interlocutor, e teremos foco e pressuposição se parte da oração não contiver informação, isto é, for um pressuposto.

(2) as pressuposições virão sempre em forma de frase nominal, que será um índice ou uma proposição. Se for uma proposição, ela será obrigatoriamente nominalizada e como resultado dessa nominalização, a FN resultado terá um índice.

(3) a análise estrutural desses marcadores com proposição e índices conduzirá a transformações que gerarão, na estrutura superficial, o artigo definido ou indefinido no português e inglês e \emptyset , numeral ou indefinido no japonês.

A figura 3, abaixo, apresenta as regras transformacionais que geram esses artigos:

Figura 3 – Regras transformacionais geradoras de artigos

(A) Regras T's que geram artigos definidos:

the - inglês

o/a/os/as - português

∅ - japonês

$$(I) (x_1^{FV}) \text{ prop } (x_1)_{FN} \Rightarrow (\text{def } x_1)_{FN}^{FV}$$

$$(II) ((x_1 x_2 \dots x_n)^{FV}) \text{ prop } (x_1 x_2 \dots x_n)_{FN} \Rightarrow$$

$$\Rightarrow (\text{def } x_1 x_2 \dots x_n)_{FN}^{FV}$$

$$(III) (x_1 x_2 \dots x_\infty)^{FV} \text{ prop } (x_1 x_2 \dots x_\infty)_{FN} \Rightarrow$$

$$\Rightarrow \left\{ \begin{array}{l} (\text{def } x_1 \dots x_\infty)_{FN}^{FV} \\ (\text{def } x)_{FN}^{FV} \end{array} \right.$$

(B) Regra transformacional que gera numeral + definido:

$$(IV) (x_1^{FV}) \text{ prop } (x_1 x_2 \dots x_n)_{FN} \Rightarrow$$

$$\Rightarrow (\text{numeral} + \text{de} + \text{def } x_1 x_2 \dots x_n)_{FN}^{FV} \Rightarrow$$

$$\Rightarrow (\text{numeral } x_1)_{FN}^{FV}$$

(C) Regras transformacionais que geram artigo indefinido:

$$(V) (x_1 \text{ é } N) \text{ prop } (x_1)_{FN} \Rightarrow (\text{def } x_1)_{FN}$$

é (indef) N

$$(VI) (x_1^{FV}) \text{ prop } (x_1 \text{ é } N) \text{ prop} \Rightarrow$$

$$(\text{indef } x_1)_{FN} \text{ é } FV$$

$$(VII) \text{ Se } (x_1 \text{ é } N_1) \text{ prop} \text{ então } (x_1 \text{ é } N_2) \text{ prop} \Rightarrow$$

$$\Rightarrow [(\text{indef}) N_1]_{FN} \text{ é } N_2$$

(M.Kato 1974:169)

Fonte: KATO, 1974, p. 144.

Com base nas regras transformacionais que geram artigo definido tanto no português, quanto no inglês e no japonês, Kato (1974) apresenta as diferenças de *output* da regra transformacional:

(a) definido: the – inglês

o/a/os/as – português

∅ - japonês

(b) no português, o definido e o numeral “1” (um) têm a mesma forma; no inglês, têm formas diferentes a e one, este último em posição átona passa a a; no japonês, as formas são diferentes iti e aru e, às vezes, são usadas umas pelas outras.

(c) na regra (III), no inglês, temos apenas a forma do singular.

(d) nas regras (V) e (VII), o indefinido no inglês não é opcional e no japonês o Ø que aparece.

Como se percebe, a autora opta pelo tratamento gerativista que pretende uma gramática que busca dar um caráter universal à base, não poderia postular o artigo como uma categoria, visto que, em muitas línguas, tal elemento é inexistente. Afirma que “o artigo definido está vinculado a fatores como foco e pressuposição, fatores que não entravam nas regras de formação da base e nem nas regras de transformação.” (KATO, 1974, p.173).

A autora conclui seu trabalho com as seguintes afirmações:

A) dentro de uma análise dos universais substantivos, demonstramos quando o artigo definido é gerado em português e inglês, e a que corresponde ele em japonês;

B) dentro de uma análise dos universais formais, demonstramos que a teoria transformacional, na interpretação de McCawley, é satisfatória e adequada para descrever línguas de estruturas superficiais bastante diversas (KATO, 1974, p.174-175).

Todas as afirmações da autora podem ser refutadas devido ao fato de sua teoria propor gerar, de acordo com o modelo de MacCawley, o artigo definido mediante regras transformacionais que se aplicam a marcadores que contêm proposições e índices. A grande questão é que o modelo escolhido por ela para basear a sua análise foi refutado por Karttunen e Fauconnier, uma vez que não dá conta de questões que envolvam anáfora, pronominalizações ou descrições definidas.

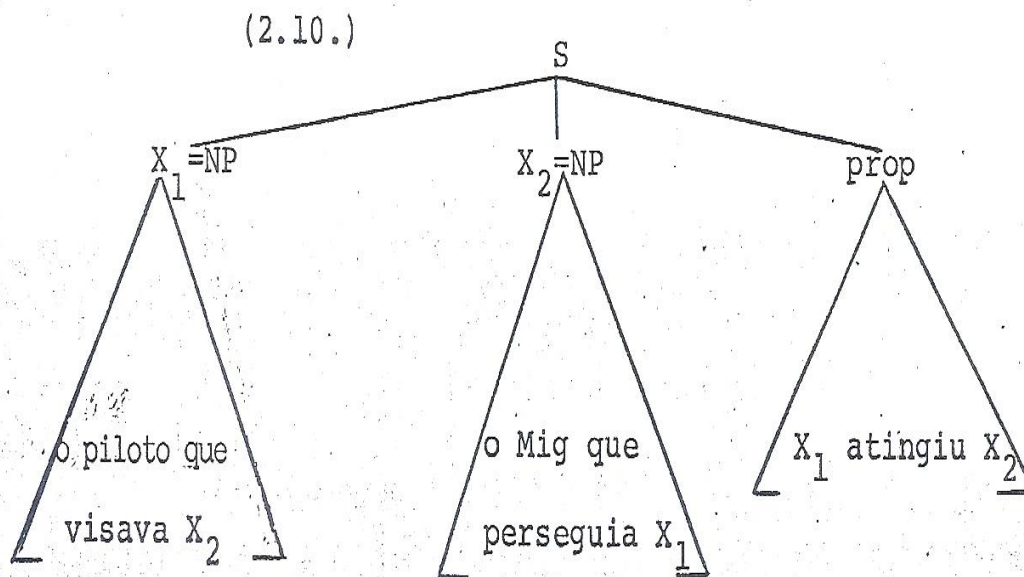
Cabe lembrar que todas as análises gerativistas mais rígidas falham em dar conta de elementos como o artigo, por excluírem de seu domínio informações sobre o contexto de emergência de tais elementos, que são essenciais para a sua análise. A proposta de Kato (1974), apesar de levar em conta esse fator, apresenta um problema formal sério que é decorrente do modelo teórico adotado.

Um modelo como o adotado por Kato (1974) para dar conta de elementos indiciais, como os dêiticos e, principalmente, os anafóricos, considerando a correferencialidade como a relação aí expressa, conduz a paradoxos insolúveis na construção de EPs correspondentes.

O sistema de McCawley deriva as 3 frases acima como sinônimas a partir da mesma estrutura subjacente:

- (a) O piloto que o visava atingiu o Mig que o perseguia.
- (b) O piloto que visava o Mig que o perseguia o atingiu.
- (c) O Mig que perseguia o piloto que o visava foi atingido por ele.

Percebe-se na figura (4) que tanto (b) quanto (c) apresentam construções opacas e não podem ser utilizáveis no mesmo contexto. A frase (a) ora é interpretável como (b) ora como (c); e, (b) e (c) não são sinônimas – (não se pode analisá-las com a mesma estrutura) – a análise ignora questões como anáfora, pronominalizações ou descrições definidas.

Figura 4 – Frases oriundas do sistema de McCawley.

Fonte: KATO, 1974, p. 154.

Isso refuta a proposta de análise do artigo feita por Kato (1974) que utiliza tal modelo para engendrar o artigo definido sintaticamente. A autora propõe gerar o artigo mediante regras transformacionais que se aplicam a marcadores que contém proposições e índices, tal como concebeu McCawley.

Atualmente, esse tipo de análise não é mais considerado; pois até então o artigo não era visto como uma categoria; propostas mais recentes o analisam como categoria. Devido a isso, propomos analisar abaixo no próximo tópico, uma proposta funcionalista.

Um trabalho formalista mais recente que analisa o uso do artigo definido é o de Mendes (2000). Nesse trabalho, a autora propõe-se a investigar se a ausência de artigo definido diante de nomes próprios (NPr) de pessoas no português da cidade mineira de Barra Longa, cidade da Zona da Mata, caracteriza-se por ser um estrutura que reteve traços de períodos pretéritos da língua portuguesa.

Para tanto, foi proposta a descrição da estrutura interna do SN somando-se as propostas de Perini (1996), área esquerda do SN, e Mateus et alii (1989), área direita do SN com o objetivo de se averiguar condicionamentos para a ocorrência ou não de artigo diante do nome próprio.

O SN máximo proposto pela autora pode ser observado na figura 5.

Figura 5 - Representação da área esquerda do SN.

Det	PV4	Poss	PV3	Ref	PV2	Qf	PV1	PNE	PNI	Qv
-----	-----	------	-----	-----	-----	----	-----	-----	-----	----

Fonte: MENDES, 2000, p. 15

Sendo:

Det – determinante

PV- posição variável

Poss – possessivo
 Ref - reforçador
 Qf – quantificador
 PNE – pré-núcleo externo
 PNI – pré-núcleo interno
 Qv - qualificativo

Figura 6 – Representação da área direita do SN.

SAdj	SPrep	Frase	Epíteto
------	-------	-------	---------

Fonte: MENDES, 2000, p. 15

Sendo:
 SAdj – sintagma adjetival
 SPrep – sintagma preposicionado

A autora ainda salienta que:

Vale destacar, ainda, que para esta descrição leva-se em conta a posição que o NPr ocupa no SN, procurando identificar quando se trata de um NPr regido pelo preposição **de**. A opção por esse tipo de postura, isto é, descrever a estrutura interna do SN do qual o NPr é um constituinte, e considerar a posição que NPr ocupa no SN, deve-se à atitude empirista frente à Linguística Histórica adotada nesta pesquisa. Pois, desde os primeiros contatos com a LEP, os dados indicavam um condicionamento para ocorrência ou não do artigo, no que diz respeito a itens que estivesse à esquerda do NSN – NPr; era preciso, então, verificar se o mesmo ocorria na LOC. Além disso, a ausência de artigo diante de NPr regidos pela preposição **de** mostrou-se muito saliente tanto na LOC quanto na LEP. (MENDES, 2000, p. 16-17)

Cabe lembrar que a autora apresenta uma proposta para contribuir para a caracterização do sintagma, pois mesmo somando as propostas dos autores citados acima, elas se mostraram insuficientes para analisar os títulos honoríficos; devido a isso, propõe uma outra posição fixa na parte esquerda do SN e, respectivamente, mais uma função – qualificativo (Qv). Para ela, essa posição é rígida, só podendo ser quebrada quando se introduz outro ou outros Qv(s). Durante todo o resto do capítulo, são descritos os dados de LEP e LOC, considerando todos os SNs cujos núcleos são preenchidos por um nome próprio (NPr).

Na parte final de seu trabalho, discutem-se os resultados: a partir da análise dos dados da língua escrita pretérita e da língua oral contemporânea, identificam-se, comparam-se os resultados alcançados e discutem-se os aspectos sintáticos recorrentes e não recorrentes em cada um dos recortes. Além das considerações semânticas referentes ao NPr, encontram-se também considerações de ordem sintática e discursiva. As análises descritas dos dados da LEP e da LOC são realizadas, em seguida, segue-se uma comparação desses resultados apresentando os traços sintáticos convergentes e divergentes.

A partir desses traços, a autora propõe os seguintes questionamentos:

- (a) como se explica a existência de NPr não articulados tanto na LEP quanto na LOC configurando-se como uma retenção pretérita?
- (b) qual o papel do Qv ‘dona’ nesta relação?
- (c) por que na LOC são encontrados NPr precedidos por demonstrativos?

(d) por que na LOC os nomes próprios aparecem articulados, mesmo que entre o artigo definido e o NSN-NPr não ocorra nenhum item léxico, e o mesmo não ocorra na LEP? (MENDES, 2000, p. 141)

Como resposta à primeira pergunta, a autora propõe que, tanto na LEP quanto na LOC, o sistema linguístico preservou o traço semântico + definido dos NPr devido à função referencial dos NPr, havendo assim uma relação entre a função referencial dos NPr e a ausência de artigo definido. Quanto ao questionamento do papel do Qv ‘dona’ propõe que esse Qv se junta ao NPr formando uma única referência, ele não se articula por que se comporta como um NPr nu à esquerda. Quanto à terceira questão, o artigo não se desenvolveu num ambiente anafórico diante de NPr, pois o NPr já faz esse tipo de referência; além disso, o pronome IPSE após o rearranjo no sistema demonstrativo do latim vulgar, passou a assumir a posição de ISTE e, com isso, ganhou características anafóricas; a autora ainda acredita que, em LOC, o demonstrativo, num ambiente anafórico, junto a um NPr preserva uma estrutura que antecede à gênese do artigo definido. Em resposta à última indagação, a autora propõe a hipótese de que, na LOC, o artigo definido está ampliando a sua área de atuação no SN ao assumir posições que não ocupava.

Em suas conclusões, Mendes (2000) retoma os principais resultados alcançados e conclui que, tanto a LEP quanto a LOC da comunidade de Barra Longa retiveram uma estrutura pretérita da língua latina.

Como se percebeu, segundo a autora, a posição do qualificativo seria rígida, só podendo ser ocupada por outro qualificativo. Assim, a proposta de Perini (1996), citada por ela, seria insuficiente porque o qualificativo ocupa essa posição rígida, não podendo existir à direita do nome próprio.

De acordo com Perini (1996), os títulos honoríficos seriam descritos como um PNE ou como um PNI; mas, segundo Mendes (2000):

isso não foi possível. Segundo o autor, os itens que podem ser PNI ou PNE também podem ser modificadores; ora se a posição dos modificadores é primariamente a área direita, isso significa dizer que o item Padre, no SN sob análise, caso fosse descrito como PNI ou PNE, poderia ficar posposto ao NSN:

‘- Como depõe o Francisco Pereira Padre’

Mas essa estrutura não teria o mesmo valor semântico de sua estrutura de origem. (MENDES, 2000, p.85)

Nos dados obtidos na zona rural de Abre Campo e Matipó, percebeu-se que essa mesma estrutura sintática pode sim assumir outra posição que não seja à esquerda do nome próprio, sendo tão variável como um PNI ou um PNE, conforme se vê nos dados abaixo:

- (1) Uai... muitos não... o *Zé Lourenço véi* mesmo num tinha medo de nada não minim... o *Zé Lourenço*... ês jugava pedra... ê ia pescá de noite... caia quês pedrão no rio... “jogano uns pedrão... ispartano os peixe tudo... eu vim embora”... nove hora da noite invinha ele com varinha de anzol dele balançando... **(I8M 70Mt linhas 64-67)**
- (2) O *véi Lourenço* pirigoso do treim tamém... apaixonado mesmo... e eu tenho até sodade dele até hoje... ô veio pra sê bom... **(I8M 70Mt linhas 420-421)**

Percebe-se que a palavra *véi* possui uma posição variável, podendo se localizar tanto à direita quanto à esquerda do antropônimo; quando se localiza à esquerda, exerce a função de PNI ou de PNE, quando passa para a área direita, exerce a função de modificador. O que prova que a descrição de Perini (1996) é suficiente para descrever a área do sintagma nominal, uma vez que essa proposta já admitia essa mobilidade.

Ainda com relação ao qualificativo proposto no trabalho de Mendes (2000), a autora afirma, com relação ao Qv poder se tornar núcleo de um SN, que o item passa a exercer a função de um nome comum e não mais de qualificativo. Mas isso não pode ser analisado nos exemplos abaixo:

- (3) É... ê e o Tunim Lorenço né... seu avô... é seu avô né?... o *Seu Nhonhô* né?... e o véi Lorenço... o pirigoso era o véi Lorenço... o véi Lorenço insinô nós a trabaiá mais o cabo de inxada cumia na nossa cabeça todo dia... batia PA fazê galo mesmo viu... **(I8M 70Mt linhas 99-102)**
- (4) O véi Lorenço pirigoso do treim tamém... apaixonado mesmo... e eu tenho até sodade dele até hoje... ô veio pra sê bom... eu dei sorte porque o *Nhonhô* era bom demais pra mim da conta mês... o cumpade Durce mudo lá... lá pro Totone Helena e ele num quis que eu mudasse não... ele fazia tudo pra mim... o *Nhonhô* morre e o Tãozim do mesmo jeito... parece até que a arma do *Nhonhô* entro na do Tãozim... mas do mesmo jeito... nunca vi.. eu dei sorte com patrão mesmo... **...(I8M 70Mt linhas 420-425)**
- (5) a::... a minha vó... Paulina Maria de Oliveira... troxe nós pra qui... pra rua né?... era eu... Licinha... a *Sinhazinha* né?... essa *Sinhazinha* morreu por farta de trato... onde os meus tio... **(I5F 95Mt linhas 474-476)**

Com base nos exemplos, não parece que os nomes destacados tenham passado a exercer a função de nomes comuns; na realidade, continuam a exercer a função de nomes próprios, delimitando o ser nomeado. Para Lyons (1977), os títulos podem adquirir o status de referência única, tal como os nomes próprios, de acordo com a situação particular ou o contexto em que forem proferidos. O que se nota é que os títulos *Nhonhô* e *Sinhazinha* tornam-se nomes vocatórios de pessoas distintas.

Ao se analisar mais resultados da dissertação de Mendes (2000), a presença dos qualificativos *dona*, *dotô* (*doutor*), *tio* e *sá* (*sinhá*) antes dos antropônimos resultaria na ausência de artigo definido. Ao se comparar dados espontâneos de língua oral gravados nas localidades de Matipó e Abre Campo, verificou-se que, na cidade de Abre Campo, todas as ocorrências dos qualificativos *seu*, *sô*, *sá* e *sinhazinha* foram articuladas; já as ocorrências de *doutor* o *dotô* tiveram 50% de uso de artigo. Já em Matipó, 72% das ocorrências de *doutor* e *dotô* foram articuladas, 75% das ocorrências de *seu*, *sô*, *sá* e *sinhazinha* receberam artigo, 79% das ocorrências de *dona*, *dom*, *dô* também o foram, assim como 78% dos casos de *tio*, *ti*, *tia*.

Após testar as afirmações de Mendes (2000) com dados de outra localidade, viu-se que a descrição do SN realizada pela autora para descrever os dados de língua oral contemporânea da cidade de Barra Longa, em Minas Gerais não dá conta dos dados obtidos na zona rural nem de Abre Campo nem de Matipó. Os Qv's ora aparecem articulados ora não, diferindo portanto da análise proposta para a fala dos moradores de Barra Longa. O que pode ser analisado nos dados que seguem:

- (6) Sertori... doutor Sertori... você... você já ouviu falar? **(I3M70AC linhas 241)**

- (7) o dotô Aberone falô comigo... “cê vai partino o cumprimido”... fui partino... fui até pará... parô tamém... num fiz uso de remédio mais não... (I7M29Mt linhas 412-414)

Após a análise de duas propostas formalistas, fica provado que esse tipo de análise não consegue dar conta dos dados analisados. Com base nisso, propõe-se uma análise funcionalista; nessa concepção, as estruturas linguísticas existem tendo em vista a necessidade de cumprir funções.

3 A PROPOSTA FUNCIONALISTA

Pretende-se, agora, analisar quais parâmetros governam o uso do artigo, analisando para tanto, várias formas de referência, a questão da identificabilidade, referencialidade e definitude, o emprego dos gêneros narrativo e descritivo.

Para tanto, tomar-se-á por base o texto *Beyond Definiteness: the trace of identity in discourse* de John Du Bois (1980), texto em que o autor analisa aspectos relativos ao modo como os falantes do inglês introduzem e tracejam objetos do discurso, essa análise dá-se a partir de algumas narrativas orais sobre o “Filme das peras”.

Segundo esse autor, a forma padrão para o uso de itens referenciais no discurso é usar na 1ª menção o artigo indefinido, seguida de uma menção definida:

- (I) “them **a boy** comes by... on a bicycle; the man is in tree,... and *the boy* gets off the bicycle” (DU BOIS, 1980, p. 206)

Assim, tal padrão limita-se ao domínio das menções referenciais. Segundo Givón, um termo refere quando ele remete a uma entidade do universo do discurso (1984, p.120). Para Du Bois, “um SN é referencial quando é usado pelo falante para referir-se a um objeto como objeto com identidade contínua ao longo do seu tempo”. (DU BOIS, 1980, p.208).

Nessa perspectiva, os SN’s referenciais são aqueles que podem ser vistos como itens que provocam no ouvinte a abertura de um novo arquivo mental ou que remetem a arquivos anteriormente abertos. Assim, para que os SN’s possam ser chamados de referenciais, precisam ser suficientemente relevantes a ponto de permitirem a abertura de arquivos mentais; garantindo assim, desde que necessário, a identificabilidade de menções subsequentes a eles relacionadas.

As menções não-referenciais são comumente marcadas pelo artigo-zero (verbo + objeto incorporado). Essa construção, apesar de ser não-referencial, pode, no decorrer da narrativa, evocar um *frame* do objeto permitindo usos definidos posteriores.

- (II) “They went out **pear-picking** yesterday but **the pears** were Green and didn’t sell” (DU BOIS, 1980, p.215). (Eles saíram para colher pêra ontem, mas as peras estavam verdes e não vendiam)

Com relação ao tipo de menção, Du Bois (1980, p.217) diz que uma menção pode ser identificável ou não-identificável, específica ou não específica, genérica ou particular. O contraste entre menção identificável e não-identificável é, comumente, marcado pela oposição artigo definido/artigo indefinido. Torna-se importante enfatizar

que esse padrão é inteiramente associado ao ouvinte, sendo determinado pelas escolhas do falante.

Surge assim o padrão: a 1ª menção é realizada com artigo indefinido (marcando a não-identificabilidade) e 2ª menção realiza-se com artigo definido (marcando a identificabilidade). Cabe lembrar que esse padrão restringe-se às menções referenciais, que são aquelas menções que abrem um arquivo mental ou ativam um arquivo anteriormente aberto.

(8) “ô Totó... ocê tem *uma borracha* pro cê me emprestá?”... falei assim... “tenho... pode virá pro cê pegá”... só que... ele só fez um gestozim assim como se fosse pegá *a borracha*... pegô *a borracha*... **(I4M29AC linhas 32-34)**

(9) não... tá morta... êa já morreu... teim uns vinte ano que ela morreu... ela adquiriu *um diabete*... (...) aí foi... mandô o papai í pra Belo Horizonte levano ela... ih num pricisava nada... era só levá no Rio Casca... que já tinha... Manhuaçu tamém tinha... í fazê... coletá o sangue pra discubri o que era... o que... *o diabete* dela era pirigoso... o regime do *diabete* era muito... **(I3M70AC linhas 227/ 236-238)**

(10) fincaram *um cruzero* ali... no *cruzero*... fizeram uma cuberta... onde celebrava missa né?... **(I5F95Mt linhas 74-75)**

(11) um dia invinha da iscola vinha passano *um cavalero*... e a mãe tava panhano café pro seu pai... mais... mais a sorte nossa que a porta da cozinha abria só de infriá a mão assim no buraco... quêas casa antiga... tudo cheia de buraco né?... e conseguia abri a tramela... aí minina... *o cavalero* lá vai passano... nós arressorveu mexê com *o cavalero*... que todo dia as minina descia tamém pra entrá no rio... a mãe num tava em casa nós ia nadá craro... pra aproveitá o calor... aí nós mexeu com *o cavalero* mia fia... cê acridita que *o cavalero* correu nós até den de casa?... nós intrô pá dento e *o cavalero* ainda rodô em vorta da casa tudo esperano se nós saía... a sorte nossa que nós conseguiu abri a porta pelo buraco... senão nós tinha panhado demais uai... **(I6F30Mt linhas 97-105)**

Como se vê nos fragmentos (8), (9), (10) e (11), nos exemplos destacados, o padrão manteve-se: a primeira menção foi realizada com o artigo indefinido e a segunda menção com o artigo definido, marcando-se a identificabilidade e a não-identificabilidade das menções.

Cabe lembrar que, segundo Du Bois (1980, p. 215), “para se fazer uma referência definida a um objeto, não é necessário que tenha havido, propriamente, uma introdução, uma referência ao objeto, bastando que a ideia do objeto tenha sido de algum modo evocada anteriormente”. Essa noção de evocação anterior é rotulada como “frame”, sendo considerado um meio econômico de se introduzir um referente. Assim, no exemplo (11), quando o informante insere o referente *tramela* com artigo definido, sem antes haver mencionado esse referente, fica claro que está ligado ao “frame” *porta* que havia sido anteriormente citado.

Outro fator que parece reger o uso do artigo diz respeito ao gênero discursivo. Assim, aquelas orações narrativas em que a sequência de eventos avançam na linha da história; e o fundo, orações descritivas que possuem comentários, observações, descrições, *etc.* possuem papel importante com relação ao uso do artigo. As menções do modo narrativo, ou seja, a figura, tendem a ser referenciais; ao passo que as menções do modo descritivo, ou seja, o fundo, tendem a ser não-referenciais.

Assim, as formas de referência não se restringem apenas à definitude ou à indefinitude, sendo determinadas também pelo emprego dos gêneros narrativo e descritivo e por traços semântico-pragmáticos dos SN's: caráter referencial ou não-referencial, genérico ou particular dos objetos e pessoas envolvidos e a utilização de *frames* como forma de apresentar informações.

O uso do artigo está, portanto, associado a aspectos de especificidade ou com o *status* informacional “dado”, isto é, se a informação é nova/desconhecida ou se é velha/conhecida, ou seja, se provocam no ouvinte a abertura de um novo arquivo mental ou se remetem a arquivos anteriormente abertos. Quando um objeto importante aparece pela primeira vez no discurso, ele geralmente é introduzido pelo falante de forma descritiva, dando todas as informações necessárias ao ouvinte; posteriormente, o referente é retomado pelo falante, avançando assim a narrativa.

Segundo Moisés (1995), a menor porcentagem de ocorrência de artigo indefinido nos textos narrativos e descritivos pode estar relacionada ao fato de que, no português, a forma padrão de se introduzir referentes novos numa narrativa é o verbo apresentacional (chegar, aparecer, ter, haver *etc.*) seguido de artigo indefinido e nome. “Após essa primeira menção, o SN, desde que seja referencial, aparecerá, nas menções subsequentes, com a forma Art Def + N ou pronominal, ou, ainda, elíptica, podendo ocorrer em qualquer das posições” (MOISÉS, 1995, p.92)

Du Bois (1980) lembra ainda que “a abertura de um arquivo mental tende a levantar a expectativa de que o arquivo continuará a ser usado. Isso, no entanto, pode não acontecer. Parece, então, ser importante sinalizar casos em que o arquivo terá pouca ou nenhuma utilização.” (DU BOIS, 1980, p.221)

(12) não... aquilo era festa de... *uma festa junina*... ela ia embora pra casa né?... aí o rapaiz... dizem que ele lá ia em casa trocá de ropa né?... que ele tava com ropa de... de jeca... ele foi lá tirá ropa... aí... ou foi ou tava voltano de lá da casa dele... aí eu num sei tamém não... aí bateu bobo... num sei se ela tava errada... só sei que ela morreu né?... (I2F28AC linhas 185-188)

(13) o Geraldim coitadim... foi obrigado a corrê depois praquele Pito acima inté no Arto... pegô *um carro* e de repente chegô aqui... nosso Deus... ah... falei assim... “num vô corrê na frente de política não”... eu nunca corri né?... tive sorte... já fiz bagunça pra daná nesse Matipó... (I8M70Mt linhas 401-404)

Analisa-se nos exemplos (12) e (13) que os itens destacados, “uma festa junina” e “um carro”, apesar de serem introduzidos no discurso através do artigo indefinido, não foram retomados no discurso com uma menção posterior, uma vez que não seriam itens importantes para a continuação da narrativa.

Há casos em que essa pouca ou nenhuma utilização do referente introduzido no decorrer do discurso é sinalizada pela não utilização de artigo, ficando claro que esse referente não é passível de retomada posterior no discurso. Du Bois (1980) cita o seguinte exemplo de incorporação do objeto:

(III) “They went out **pear-picking** yesterday.” (Eles saíram para colher pêra ontem)

O exemplo (14), abaixo, serve para ilustrar todas as análises realizadas até agora:

(14) nós achô *um purquim... um leitãozim* no meio do pasto... ali pra nós... nós largo o mel rosado pum lado... e pìrguntamo se o porco era do Juventino e num era... passamo a mão no *leitão* e trouxe... aí a mãe falô assim... “esse leitão é da Dom Merita”... só que a Dom Merita mora do lado de cá... “é mais esse leitãozim num guentô atravessá o rio né?”... “mas cêis leva *o leitão* e pergunta... senão Dom Merita vai vim cá e falá que ocêis robô *o porco* dela”... eu mais Tetéia quereno pa/... cê mais esperta... fomo lá e falamo assim... escondemo *o leitão*... marramo *o leitão* na corrente... que num tava nem guentano a própria corrente... de tão fiotim... e fomo... chegamo lá... “ô Dona Merita... o::... a senhô tá fartano \emptyset *leitão* aí?”... eu vim mostrá *o leitão*... que a mãe mandô nós levá *o leitão*... Andréia... nós falô assim... “ô Dom Merita... tá fartano \emptyset *leitão* da senhora aí?”... “não mia fia... num tá não... tá todos sete”... eu falei assim... “Dom Nerita... a senhora teim certeza que tá todos sete aí?”... “tá... boba... ês passô aqui agora”... “ah... se passô aqui agora... ô Tetéia... nós pode ficá com *o leitão*...” que *o leitão* num tinha dono... e num teve situação ... num tinha dono... né Andréia?... passamo a mão no *leitão* de novo com aquela bitela de corrente e vortamo pra trais... *o leitão* num tava guentano rastá a corrente... “ah mãe... *o leitão* num teim dono não... os da... os da Dom Merita tá tudo lá”... “cê viu?”... “não... nós num viu não... mas êa falô que os dela tava tudo lá... que êa tinha acabado de vê”... arrumamo o lugarzim... pusemo *o leitão*... e ficamo contano já... que íamo ingordá *o leitão*... que ia sê *um capadão*... que nós ia vendê... que nós ia tê muito dinheiro... **(I6F30Mt linhas 131-151)**

A introdução dos participantes no discurso foi realizada através da estrutura Verbo + Art Indef + N e na posição de objeto, ou seja, no SN posposto ao verbo; assim temos: “nós achô *um purquim... um leitãozim* no meio do pasto...”. Esses termos são retomados durante todo o trecho pela estrutura Art Def + N, ora antes ora depois do verbo. Em todas as retomadas, fica bem claro que “o porco” ou “o leitão” a que se está referindo é aquele que foi achado no pasto quando a informante e a amiga Tetéia iam buscar ingredientes para se fazer mel rosado. Duas das menções são marcadas pelo artigo-zero, percebe-se que, quando elas perguntam à Dona Nerita, se está faltando leitão, elas não estão se referindo a um leitão específico, mas a qualquer um dos leitões da Dona Nerita.

O menor uso de artigo indefinido no trecho (14) parece estar relacionado ao fato de que, segundo Moisés (1995), no português, a forma padrão de se introduzir referentes novos numa narrativa é o verbo apresentacional (chegar, aparecer, ter, haver *etc.*) seguido de artigo indefinido e nome. Além desse princípio da introdução do referente com artigo indefinido e a sua retomada com artigo definido, encontra-se também o princípio da introdução e da continuidade temática, segundo o qual o referente é sempre introduzido na posição de objeto e retomado na posição de sujeito da frase.

Com relação à transitividade verbal, não foi encontrado nenhum padrão que pudesse justificar o uso ou não do artigo.

Resta agora analisar se os padrões verificados para o uso ou não do artigo definido ou indefinido diante dos nomes comuns pode ser utilizado também para a análise dos nomes próprios, mais especificamente para os antropônimos e se o fator intimidade visto por todos os gramáticos como responsável pelo uso ao não do artigo

confirma-se. Cabe lembrar que os nomes próprios diferem-se dos nomes comuns por trazerem consigo a marca da definitude.

Inicialmente, será analisado o fator intimidade. Os gramáticos colocam o fator intimidade como regra para o uso do artigo diante de antropônimos, torna-se necessário saber duas coisas: primeiro, o que bloquearia esse sentimento de intimidade em algumas épocas ou em determinadas regiões, já que o artigo definido só passou a figurar diante dos nomes próprios a partir do século XVIII e há localidades em que a ausência de artigo diante de antropônimos é a variante determinante; portanto, não se pode dizer que alguns falantes em determinadas épocas ou em determinadas regiões sejam incapazes ou desprovidos de intimidade; nos dados utilizados, percebe-se que alguns falantes usam, mais de uma vez, um mesmo nome próprio ora articulado ora não, ou vice-versa, conforme se observa nos exemplos abaixo:

(15) não... nasci na... na Pedra Branca que eu tô falano com cê é quando:: eu casei... que eu tive o... o primero minino... já foi na virada de lá... eu... eu troquei com meu pai né?... eu já tava isperano Ø *Eli*... já tinha dois ano de casada já... tava isperano o *Eli*... aí o Joaquim falô... não... agora faz assim... ê::... ê:: ... ele rematô um... o terreno da virada de lá... ê falô assim.. cois assim... agora nós troca... ocê vem pra cá e:: e... ele passa lá pra... pra casa de lá... e eu... e eu... eu... eu... eu fico aqui... tomano conta aí... aí fiquei lá... tive o *Eli* lá... quando foi... quasi ganhano Mariquita eu... eu vortei pra cá e ele foi pra lá... **(I1F87AC linhas 43-50)**

(16) e o *Ricardo* gritava que num morreu... Ø *Ricardo* batia até a mão no volante... “num morreu não... Léia!”... falei... “morreu!”... aí foi mia fia... e acarmô eu... eu pensei assim... **(I6F30Mt linhas 659-661)**

(17) pro seu avô num gostava de minino no sirviço... eu trabaiava pro Tunim... eu fui cumeçá a trabaiá pro *Seu Nhonhô* mesmo eu tava cum quinze ano... aí num saí mais não... os zoto num sabe... mais Ø *Seu Nhonhô* gostava do sirviço bem feito demais... minino era mei maçadô né?... ê num gostava não... **(I8M70Mt linhas 506-507)**

(18) eu cheguei e fiquei bem na frente do portaum assim... bem na frente... sabia que era ela que ia abrir o portão... ela chegô a abrir o portão e olhô bem na minha cara... tava a *Madalena* e essa menina... essa minina lá... eu isquici até o nome do rai da muié já... nós tão cunversano aqui... Amélia... tava Amélia e Ø *Madalena*... abrino o portão... essa sonseira chegô perto de mim e falô assim... “ocê aprendeu?”... eu falei assim... “ô... num tô mexeno com ocê não... cê vai pra puta que pariu e me larga eu quieto”... mandei a mulher pra puta que pariu... falei assim... “ah... arrumei otro pobrema”... a sorte minha é que Ø *Madalena* falô assim... “ô ... o minino já tá nervoso que ele perdeu aula... perdeu tudo... perdeu matéria... perdeu um punhado de treim aí... e ocê ainda vai mexê com ele?... que que ocê tá cassando?... eu num vô fazê na/... mais nada não”... **(I4M29AC linhas 292-302)**

Nota-se pelos exemplos (15), (16), (17) e (18) que os falantes ora empregam os antropônimos articulados, ora não. Ao analisarmos o grau de intimidade entre o falante e o referente, percebemos que, em (15), a informante fala do filho; em (16), de um vizinho íntimo; em (17) de um antigo patrão; e, em (18), da diretora da escola. Percebe-se que o grau de intimidade com relação aos diversos referentes difere, mas, ao mesmo tempo, ora esses antropônimos são articulados ora não; se é uma regra, como postulam

as gramáticas tradicionais, não poderia ser variável. Percebe-se que a ideia de intimidade entre falante e ouvinte e o referente do antropônimo não garante, por si só, o uso ou não do artigo definido.

Quanto ao fato de o nome próprio sofrer ou não pressão de fatores que determinam o uso do artigo definido diante de nome comum, percebe-se pelos exemplos acima que alguns falantes examinados usaram, mais de uma vez, um mesmo nome próprio ora articulado no SN1, ora não-articulado no SN2, ou vice-versa. Não há também nenhum indício de que a primeira menção seria desarticulada e a segunda menção articulada.

Percebe-se que, apesar de fazer parte de uma mesma classe, a dos nomes, os nomes próprios têm seu uso determinado por fatores diferentes dos que governam o artigo diante dos nomes comuns.

Após analisar o uso do artigo sob uma ótica funcionalista, percebe-se que essa abordagem engloba muito mais fatores e torna-se muito mais abrangente ao se analisar esse fenômeno. O caráter funcional dessa abordagem define-se essencialmente pelo fato de a análise, ao focar a língua em uso, considerar a função comunicativa da linguagem.

4 CONCLUSÃO

Como já citado inicialmente, este artigo teve por objetivo analisar o uso do artigo definido tendo por base as propostas formalista e funcionalista da língua. Este estudo se pautou em analisar quatro trabalhos de duas naturezas diferentes, sendo que a abordagem formalista se apoiou no estudo de Mary Kato (1974) e Mendes (2000) e a abordagem funcionalista se pautou no estudo de Moisés (1995) e Du Bois (1980); além disso, foi também considerada a proposta de Almeida Mendes (2009; 2015), que tem por base a sociolinguística variacionista.

Percebeu-se que a abordagem funcionalista torna-se muito mais abrangente ao se analisar o fenômeno, por focar a língua em uso, considerando a função comunicativa da linguagem.

5 REFERÊNCIAS:

ALMEIDA MENDES, Andréia. **A ausência e/ou presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores das cidades de Abre Campo e Matipó – um estudo sociolinguístico.** Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

_____. **A ausência ou a presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na fala dos moradores da zona rural das cidades de Abre Campo e Matipó – MG.** Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CUNHA, C. F. da e CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DU BOIS, John W. Beyond definiteness: the trace of the identity in discourse. In: CHAFE, W. L. **The pear stories – cognitive cultural and linguistic aspects of narrative production**. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1980, v.3.

GIVÓN, Talmy. **Syntax**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1984.

KATO, Mary. **A semântica gerativa e o artigo definido**. São Paulo: Ática, 1974.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado. **A ausência/presença do artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?** Dissertação(Mestrado em Estudos linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MOISÉS, Juliana de Assis. **O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.
